



ÁREA TEMÁTICA: Família e Género

Entre pais e filhos: aspirações recíprocas

LEANDRO, Maria Engrácia

Doutora em Sociologia

Universidade do Minho

engracia@ics.uminho.pt

LEANDRO, Ana Sofia

Licenciada em Serviço Social

Modelo

analeandro@portugalmail.pt

HENRIQUES, Virgínia Barroso

Mestre em Sociologia da Saúde

Escola Superior de Enfermagem

Universidade do Minho

vhenriques@ese.uminho.pt

Resumo

Uma grande parte das crianças nas sociedades da super modernidade, como Portugal, nasceram mais por razões afectivas dos pais do que por razões económicas. Não nasceram para fornecer uma força de trabalho à família, o que era uma necessidade das sociedades agrárias e da actividade artesanal, baseados na subsistência dos membros da casa. Graças ao sistema de pensões de reforma, os filhos são menos chamados à vida para garantir a segurança social dos pais na velhice. Hoje, investe-se mais num filho projecto do que num filho recurso. Não admira, pois, que as aspirações dos pais em relação aos filhos e destes relativamente aos pais se vão transformando profundamente. Nesta comunicação, baseadas num trabalho de campo realizado no concelho de Braga, em 2007, junto de pais e respectivos filhos, procuramos realçar as singularidades desta dinâmica.

Palavras-chave: dinâmica, família, pais, filhos, aspirações, escola





As aspirações, contendo sempre um aspecto individual e um aspecto social, serão sempre marcadas por um processo de interacção

P.-H. Chombart de Lauwe, 1975

Introdução

O objectivo deste trabalho é tentar fazer uma aproximação da dinâmica das aspirações no seio da família, congregando os pais e os respectivos filhos, numa sociedade como a portuguesa em plena transformação. E queremos dizer imediatamente que a nossa contribuição será limitada e modesta. A primeira é que não podemos fazer uma análise alargada, por falta de meios financeiros e consequentemente de recursos humanos. Também não poderemos fazer grandes comparações, a este propósito, devido sobretudo à falta de estudos sobre esta problemática. Os que existem com algumas semelhanças relacionam-se mais com estratégias educativas familiares, designadamente de meios populares, que mais que não são do que a expressão das suas aspirações relativamente à qualidade do diploma escolar, mas onde se procuram ter essencialmente em conta as que são forjadas pelos pais (Z. Zéroulou, 1888; F. De Singly, 1993).

O trabalho que aqui apresentamos sobre esta problemática fundamenta-se num estudo de casos. Assim, socorremo-nos de um trabalho de campo à base de entrevistas, junto de famílias biparentais e monoparentais do distrito de Braga, pertencendo a várias condições sociais, tendo pelo menos um filho com idade entre 12–18 anos. As entrevistas foram feitas em tempos distintos aos pais e aos filhos, podendo, todavia, ter sido feitas aos pais em conjunto ou só à mãe ou ao pai no caso das famílias monoparentais. Ao todo foram entrevistadas 29 famílias, sendo 5 monoparentais: 4 formadas pela mãe e pelos filhos e uma pelo pai e pelos filhos. Tendo presente que estas entrevistas foram apenas realizadas no quadro familiar, não podemos ter a opinião da população em geral, mas tão somente de pais e de filhos. Desta maneira, não pretendemos proceder a qualquer tipo de generalização. Também não vamos conduzir unicamente a análise em termos de gerações, mas podemos verdadeiramente cruzar, comparar as opiniões dos pais com as dos seus próprios filhos no interior do mesmo espaço de vivências e de socialização para os mais novos. Para nós, parece-nos que é uma maneira de estarmos mais próximas da problemática e dinâmica das aspirações forjadas no interior da família.

Estas entrevistas foram realizadas pelos alunos do 2º ano do curso de sociologia da Universidade do Minho, que frequentaram a cadeira de Laços familiares e sociais, no primeiro semestre do ano lectivo 2007-2008. A todos, bem como às famílias entrevistadas, exprimimos a nossa profunda gratidão.

Dinâmica social e familiar

A dinâmica social é inerente a qualquer sociedade, ainda que com ritmos diferenciados. De contrário, ainda hoje viveríamos em “sociedades primitivas” (G. Balandier, 1986 [1971]. Na esteira de Saint-Simon, podemos, pois, afirmar que todas as sociedades, embora umas mais do que outras, são sociedades em acção, o que significa serem essencialmente reconhecidas e analisadas, sociologicamente, pela tendência para a transformação. Da obra de Teilhard de Chardin podemos retirar ainda outro corolário acerca desta dinâmica, ou seja, o decurso dos fenómenos não é visto como o simples desenvolvimento do que já existiria em potência mas provoca, ao contrário, um perpétuo crescimento, uma manifesta da criação através da transformação (M. Barthélemy-Madaule, 1963). Elementos teóricos similares podem retirar-se das obras de filósofos contemporâneos mais abertos às preocupações dos ventos do tempo, de que vale a pena salientar os trabalhos de G. Deleuze (1968) para quem, tendo presente a “diferença e a repetição”, se trata de dar conta do processo de actualização das estruturas onde se verifica uma passagem do virtual ao actual. Por



sua vez R. Nisbet (1970) considera que a mudança implica como características centrais a sucessão das diferenças no tempo, mas no interior de uma identidade que se mantém.

Nesta óptica, poderá dizer-se que a sociologia dinâmica, procurando diferenciar-se dos estudos que visam exclusivamente a mudança social e a acção histórica, como várias teorias macro-sociológicas, onde surge, por exemplo, o funcionalismo, recorrendo a um modelo de plena integração, avança com uma proposição central, sobre a qual assenta uma outra percepção acerca dos fenómenos sociais: toda a sociedade e unidade sociétal no seu seio é o espaço de uma luta interna entre os mecanismos de direcção e os elementos passivos e não só uma unidade de uma luta externa entre as várias unidades. Assim a dinâmica social tem que ver com os poderes instituídos, os constrangimentos sociais, os consensos e a forma particular que assumem as relações entre estas três instâncias. Consequentemente, o potencial dos actores sociais depende de três factores: as capacidades de ordem cibernética; o poder e os meios de que dispõem os diferentes actores sociais para se organizarem e definirem estratégias para poderem comunicar com os agentes de execução; a capacidade de intervenção na formação das formas de “consenso”, considerado este como a congruência das unidades governadas (G. Balandier, 1986).ⁱ A este propósito, P.-H. Chombart de Lauwe (1975) considera que a capacidade de participação dos grupos dominados constitui uma alavanca fundamental para a dinâmica social através da cultura. Na mesma óptica, A. Touraine (1978, 9, 11) afirma que a sociedade mais do que uma estrutura... “é um drama; nem situação nem intenção mas acção e relações sociais”. Aqui “os actores são definidos pelas orientações culturais” e a dinâmica que imprimem às mudanças sociais numa “sociedade programada”. Deste modo, vivemos, e ainda mais ultimamente, em sociedades em pleno movimento, onde a mudança pela mudança, sob as mais variadas dimensões, se tem vindo a instalar.

Tal facto é extensivo a todas as instituições que as compõem a começar pela família, considerada uma das mais ancestrais e universais, dado existir em todas as sociedades, desde tempos longínquos, ainda que com estruturas mais ou menos distintas, assim como a atribuição de funções, tarefas, papéis e estatutos de cariz horizontal (relações de alianças) e verticais (relações inter-geracionais). Daí a sua natureza dual: “fundada ao mesmo tempo por necessidades biológicas – procriação das crianças, cuidados que reclamam, etc. – e sujeita a constrangimentos de ordem social” (C. Lévi-Strauss, 1986, 11).

Em termos de dinâmica familiar, algo de importante poderá esclarecê-la ao ter-se em conta uma análise socio-histórica, sem ser necessário recorrer a tempos muito recuados. Desde o século XIX e com muita mais intensidade a partir dos anos sessenta-setenta do século XX, as mutações, e não apenas as mudanças produzidas na(s) família(s), atestam, como nunca, esta realidade. Actualmente, a este nível, a mistura do imprevisível e do explicável do que se passa a “posteriori” é particularmente espectacular. Por exemplo, quem poderia imaginar em perspectiva, mesmo há cinquenta anos, que devido à mudança da entrada da mulher no mercado de emprego, ao aumento da escolarização para os dois sexos, à mudança das estruturas demográficas, à luta pela igualdade entre géneros e às respectivas mudanças jurídicas, à mudança das mentalidades, à diminuição dos casamentos, ao aumento do divórcio e com ele a reemergência de novas formas de família, que esta pudesse aparecer, em muitas situações, o que se parece a uma estrutura familiar matri-centrada e uma realidade tão polissémica e complexa? O que se pode dizer é que há no destino das instituições, mas também na transformação que parece tocar mais de perto as suas estruturas, isto é, o que muda mais lentamente, uma margem importante de imprevisibilidade que acompanha toda a dinâmica a que estão sujeitas.

Ao contrário do que poderiam esperar os que vivem mais agarrados à imutabilidade das instituições, à permanência das tradições e da inércia das sociedades e no seu seio a família, o certo é que mudam e neste caso muito rapidamente, contrariamente ao que parecia ter vindo a acontecer desde o século XVI, quando a Igreja consolidou uma autêntica regulamentação do casamento. No entanto, todos os estudos indicam que, entre todas as instituições sociais, a família, independentemente das suas formas, continua a ser a mais valorizada, inclusive pelos adolescentes e jovens (R. Inglehart et al., 1998; A. Nunes de Almeida, 2003).



Os dados do “Sourcebok”, da autoria destes primeiros autores, recolhidos à escala mundial, entre outros aspectos, vêm dizer que não só o casamento continua a ser um valor forte, que se valoriza positivamente a fidelidade conjugal, mas que em todos os países retidos a quase unanimidade dos inquiridos consideram que os filhos têm necessidade dos pais e que os filhos têm deveres em relação aos pais. A afirmação de certos valores é mais notória. O respeito pela dignidade do outro, embora não seja novo, aparece aqui em destaque. Porém, a sua aplicação é exigida com mais insistência pelos jovens, ao mesmo tempo que se estende o campo da sua aplicação. O que se pode, então, dizer é que, para além dos alarmismos, há certos valores que permanecem, apesar das mudanças traduzirem ponderações diferentes sobre os mesmos.

No mesmo sentido, afiguram-se as aspirações dos pais em relação aos filhos e destes relativamente aos pais. Também estas estão extremamente associadas às dinâmicas sociais e familiares através dos tempos. Basta reparar que nas sociedades da modernidade inacabada (J. Pavageau et al., 1997), a maioria das crianças nascem por necessidades afectivas dos adultos, são programadas e medidas a desejo. Já não nascem como no passado em grande número e para fornecer uma força de trabalho, o que era uma necessidade das sociedades agrícolas ou num estreito sistema de artesanato baseado na subsistência dos membros da casa, o que também se tornou extensivo às famílias operárias. Graças à instauração das pensões de reforma, ainda que entre nós muito precárias para a população de condição social modesta ou mesmo paupérrima, as crianças não nascem, ou não deveriam nascer,ⁱⁱ para proverem à segurança material dos pais doentes ou idosos. Assim, a necessidade de ter filhos não está, fundamentalmente, associada a razões económicas. As crianças têm antes tendência a tornar-se um “peso” económico ou pelo menos um factor de despesa concorrencial com outras do agregado familiar. Não obstante, também tendem a serem concebidas como sujeitos de sentimentalização, a criança “coquette”, de projecto e investimento dos pais, visando reproduzir o capital socio-cultural familiar, quando é elevado, ou a melhorar a posição social e cultural de famílias populares, investindo em estratégias de mobilidade educativa de modo a poder enveredar por um processo de mobilidade social ascendente (F. De Singly, 1993; M. E. Leandro, 1995). Daí que as aspirações parentais e filiais sejam hoje de tipo diferente de um passado não muito recuado.

A propósito das aspirações familiares

As aspirações, são um processo psicossocial, através do qual um sujeito de desejo (indivíduo ou grupo) é atraído por um objecto próximo ou afastado, de que apenas toma consciência através de imagens, símbolos e representações que contribuem para orientar os seus projectos, quer na vida quotidiana, quer mais orientados para o futuro (P.-H. Chombart de Lauwe, 1971).

A aspiração é o desejo activado por imagens, representações, modelos que são forjados numa cultura e contribui ao mesmo tempo para a renovar constantemente. Através das aspirações o indivíduo manifesta o mais íntimo de si mesmo numa acção social concreta, o que indica que as aspirações incitam a agir, orientando e conferindo sentido à acção que, normalmente conduz a projectos. Geralmente as aspirações convergem, em parte, com os grupos de pertença, ou seja, quanto mais elevada for a posição social de um indivíduo ou de uma família mais tendência há para aspirações elevadas e inversamente. Normalmente o filho de médico aspira a ser também médico ou uma profissão similar e aí por adiante, ainda que, no que se refira à primeira, a aspiração seja comum a muitos jovens portugueses, sobretudo em virtude do estatuto social associado a esta profissão e, por enquanto, com mais aberturas profissionais. Mas os primeiros têm mais possibilidades de conseguir realizar essa aspiração do que, por exemplo, um filho de uma família popular sem capital cultural e social, embora haja sempre casos de excepção. De facto, a realidade tem mostrado que mesmo entre jovens de condição social modesta, quando a família consegue mobilizar energias, esforços e apoio moral e o meio social o encoraja, a realização destas aspirações pode deixar de ser uma miragem. No entanto, casos destes não são às centenas.



Num estudo comparativo, que realizámos nos finais dos anos oitenta do século passado na região parisiense, junto de jovens portugueses dos dois sexos, as aspirações das raparigas que viviam na periferia mais popular (Val de Marne) eram bastantes diferentes das que viviam na cidade de Paris em circunscções administrativas consideradas chiques e burguesas (Paris VII, Paris XVI) ou em zonas da periferia de condição idêntica, como por exemplo Montmorency. Por exemplo, em relação ao futuro, a maioria das primeiras punha o casamento em primeiro lugar, ao passo que a generalidade das segundas punha o curso universitário e uma profissão adequada como prioritários. Só depois é que aparecia o casamento. Nestes casos não é só a família que contribui para forjar aspirações mais ou menos elevadas, mas sobretudo o contexto social envolvente e a interacção que se estabelece entre estas duas vertentes (M. E. Leandro, 1995).

Este exemplo permite, pois, retomar a temática da irredutibilidade das aspirações do plano da realidade ao do conhecimento que sobre elas se detém, mas agora para sublinhar que podem, também, estar relacionadas com determinados elementos materiais do contexto envolvente, como por exemplo, possuir tal casa, tal automóvel, poder passar férias num paraíso de sonho..., com várias mudanças em consequência de uma transformação política e económica, da e/imigração visando aspirar à melhoria da posição social ou ainda com vários ideais e projectos a longo prazo. Ora, muitas destas aspirações são forjadas precocemente no interior da família, designadamente as que têm em conta a melhoria das condições de vida das famílias de condição social modesta e os projectos de futuro em relação aos filhos. Neste sentido, interrogamo-nos se podemos falar de dinâmicas familiares propriamente ditas ou ao contrário de como pesam sobre as famílias um conjunto de características estruturais que se formam ao nível macro-social? Por exemplo, conhecemos o peso das determinantes socio-económicas, culturais e psicossociais na decisão de e/imigrar. Contudo, nem todos os que vivem nas mesmas condições o fazem ou se dirigem para este ou aquele país, esta ou aquela região. Além disso, homens e mulheres podem seguir rotas de e/imigração diferenciadas. Desta maneira, para que as condicionantes globais tenham efeito sobre a realidade, é necessário que se inscrevam em processos concretos através de mediações concretas.

O que acabamos de dizer sobre as migrações vale também para a mobilidade social em geral. Através das estatísticas conhecem-se os fluxos de indivíduos que passam de um sector profissional a um outro, de uma categoria socio-profissional a uma outra. Mas, em geral, é através das aspirações e dos projectos familiares que estes processos se desenvolvem. Porém, a produção das aspirações é tão complexa quanto a realidade social do grupo familiar ou outros grupos de pertença. As diferentes lógicas que fazem do grupo familiar um conjunto complexo e contraditório atravessam igualmente a formação das aspirações. Estas reflectem necessariamente as condições sociais de existências da família. Quando se trata de elaborar estratégias para dar realidade às aspirações quem toma a iniciativa? A partir de que recursos se fazem as mobilizações? As aspirações são de carácter individual arrastando os restantes membros da família? Trata-se de aspirações do grupo familiar mas assumidas por cada um dos seus membros? Serão aspirações do casal orientadas para si mesmo ou orientadas do casal para os filhos ou outros fins diferentes? Serão mais aspirações da mulher ou do homem?

Há ainda lugar para falar de aspirações realizáveis e aspirações difusas, sendo que a sua realização, exigindo uma mobilização forte num tempo de pouca duração, é mais notória. É o caso do acesso à propriedade do alojamento neste ou naquele espaço, a capacidade de poder comprar carro ou outros bens de conforto. Há no entanto, aspirações cuja realização influencia fortemente a vida familiar em todas as suas dimensões. Tal é o caso dos projectos educativos. Nesta circunstância, a sua realização não depende, apenas, de uma data precisa, nem mesmo da clarificação das aspirações, mas também do que fará a criança, o adolescente e o jovem do que fizeram ou querem fazer dele (J.-P. Sartre, 1986). Estas aspirações para serem realizáveis exprimem-se mais sob a forma de uma série de práticas organizadoras de um modo de vida familiar centrado sobre o presente e o futuro dos filhos. É ao nível da vida quotidiana que se definem as práticas orientadas, dado que aspirações desta natureza só se podem realizar através das práticas quotidianas, exigindo esforços conjugados.



Contudo, contrariamente ao puro desejo, a aspiração tem sempre uma dupla dimensão: pessoal e social, ou seja, se à partida nasce do desejo e do sonho, tendendo estes para a realização, aquela só poderá ter lugar num determinado contexto social e temporal. Pensemos, por exemplo, no caso dos e/i/migrantes desejando para si e para os seus, sobretudo os filhos, o acesso a uma vida melhor, que lhes permita dar realidade às aspirações que foram construindo a seu respeito. Todavia, nas condições sociais em que vivem no seu país, em determinada época, dão-se conta que dificilmente as poderão realizar. Daí a decisão de partir para uma outra sociedade onde esperam encontrar as condições para o efeito, o que tem vindo a verificar-se em muitas das situações. Mas também se poderá falar de outras famílias de condição social modesta mas que aspiram a que os seus filhos enveredem por um processo de mobilidade social no torrão onde vivem. Também estas, tendo presente as aberturas das sociedades onde vivem, adoptam frequentemente várias estratégias para o conseguirem, o que tem acontecido com muitas famílias em Portugal, sobretudo desde os anos setenta do século XX.

Compreender-se-á, na sequência de tais considerações, que as aspirações destes pais relativamente ao futuro dos filhos, em termos de ascensão social, se afiguram bastante diferentes das dos seus pais em relação a si próprios, porque diferentes são os contextos sociais em que viveram ou vivem. Entre outros factores, para esta transformação podem apontar-se o acesso a uma vida melhor, ainda que à custa de muito esforço e privações, passando por mudanças políticas, económicas, sociais, culturais e as próprias aspirações suscitadas pelas dinâmicas sociais e familiares. Entre estas contam-se as reorientações económicas e do emprego em favor do industrial e do secundário em detrimento da agricultura, mas também a mudança das mentalidades, a descida da natalidade e a solidificação de um processo de individualização e sentimentalização cada vez mais intenso.

A este respeito, análises preciosas podem ser retiradas da obra de E. Durkheim (1975, 37, 49 [1888,1892]) ao afirmar que “O progresso da família consistiu em concentrar-se e personalizar-se. Cada um dos membros que a compõem tem a sua individualidade, a sua própria esfera de acção... A família contrata-se cada vez mais; ao mesmo tempo que as relações aí assumem cada vez mais um carácter exclusivamente pessoal, em consequência da obliteração progressiva do comunismo doméstico”. É indesmentível que a individualização e o investimento da família contemporânea na qualidade das relações afectivas e nos sentimentos têm vindo ainda a intensificar-se até aos nossos dias. Basta pensar que a maioria das rupturas familiares têm mais que ver com a procura de realização individual - embora esta procure encontrar, essencialmente, esse espaço no seio da família - e como afirma A. Torres com o “desamor”, do que com questões materiais. De um tal modo de conceber a realidade, podemos recorrer ainda ao pensamento de P. Ariès (1960, 235) a este propósito, quando afirma que “O sentimento de família, que emerge nos séculos XVI-XVII, é inseparável do sentimento da infância. O interesse atribuído à criança...é apenas uma forma, uma expressão particular deste sentimento mais geral, o sentimento da família moderna”. Há aqui um encontro destes autores na percepção da família moderna, ainda que o primeiro fale de centralização sobre as pessoas e o segundo de “sentimento da infância” e “sentimento de família”.

Em relação a tempos anteriores, o desenvolvimento progressivo destas vertentes representa uma das grandes mutações que se foram operando na vida familiar nas sociedades modernas. Todavia, mais uma vez como afirma E. Durkheim (1975, 25 [1988]) “A família de hoje nem é mais nem menos perfeita que a do passado: é outra porque as circunstâncias são outras. Ela é mais complexa, porque os contextos em que vive são mais complexos; eis toda razão. O investigador estudará cada tipo em si mesmo e a sua única preocupação será de procurar as relações que existem entre as características constitutivas deste tipo e das circunstâncias que as envolvem”. Esta asserção tem muito que ver com a problemática que aqui nos ocupa relativa à dinâmica das aspirações familiares que mudam em função dos contextos sociais e culturais em que se forjam. Daqui decorre a articulação entre o individual e o social inscritos numa dinâmica colectiva, como acima afirma P.-H. Chombart de Lauwe.



Aspirando ao sucesso escolar: estratégias familiares

Desde a segunda guerra mundial que a escola é ainda mais valorizada em termos duma dupla formação: cultural no sentido lato e profissional, na medida em que vivemos em sociedades que apostam essencialmente no desenvolvimento tecnológico e no emprego considerados as principais fontes de desenvolvimento e rentabilidade económica. Nesta óptica não admira que o diploma escolar passe a ser “um direito de entrada” (P. Bourdieu, 1989) para aceder a várias instâncias profissionais e sociais. Porém, a aposta na escola democrática como principal factor de combate às desigualdades sociais, vieram provar que ao mesmo tempo que se visa a realização desses objectivos outros terão que ser tidos em conta simultaneamente. Estes têm sobretudo que ver com a implementação de políticas que procurem banir as desigualdades a partir da base, ou seja, a pobreza e a miséria de muitas famílias, enquanto outras vivem na abundância e no esbanjamento. De facto, ninguém pode escolher a família onde nasce. Mas, na generalidade, é a partir daí que muitas pessoas são votadas à pobreza e outras à riqueza, ainda que não acreditemos, absolutamente, em determinismos totais. Há sempre indivíduos e famílias que conseguem triunfar da condição em que nascem, mas que também não formam multidões, designadamente em sociedades e tempos com menos aberturas e menos possíveis.

Sem querer, de modo algum - mas muito pelo contrário - desvalorizar este fenómeno, importa lembrar que também não é raro encontrar pessoas, que depois de terem feito este percurso e chegarem a lugares de decisão ou de relevo, não adoptam atitudes que possam contribuir para mudar a situação dos que continuam na sua condição social de origem. Nem todos conseguem ter as concepções de um S. Francisco de Assis, de um Luther King, de uma princesa Diana ou de uma Madre Teresa de Calcutá e de... Para alguns, continua a ter realidade o provérbio segundo o qual “Não peças a quem pediu, nem sirvas a quem serviu ou não devas a quem deveu”.

Em nosso entender, postos perante esta exigência ética e social, importa referir ainda que todo o esforço reflexivo e investigações nestas matérias, ao longo dos últimos decénios, têm mostrado que a maioria dos que conseguem triunfar da sua condição social de origem, têm na base uma família decidida a dar realidade às aspirações que as acompanham, investindo sobretudo na escolarização dos filhos (Z. Zouroulu, 1988; R. Iturra, 1990; D. Becker et al., 1994; M. E. Leandro, 1995, 1988). Para o conseguir, frequentemente estas famílias adoptam várias estratégias, tendo uma delas que ver com a natalidade, ou seja, optam pela diminuição do número de filhos, a fim de proporcionarem a um ou dois filhos níveis de escolarização mais elevados, apontando sobretudo para a um curso universitário. Uma outra orienta-se mais para uma ética do esforço conjugada que envolve toda a família - quer em termos económicos, quer morais - inclusive a própria criança ou jovem, encorajados a trabalharem, visando alcançar o tão almejado sucesso escolar. A intervenção das mães neste domínio tem vindo a ser crucial (A. Pitrou, 1983; C. Thelot, 1982, F. De Singly, 1987). Muitas mulheres portuguesas em França e na Alemanha, não podendo dar apoio nos estudos aos filhos, decidem fazer mais horas de trabalho para lhes poderem pagar explicações ou aceder mais bem culturais, informa-se junto das patroas sobre os mecanismos de funcionamento da escola, incitando, também, os filhos a esforçarem-se para conseguirem o que os outros conseguem de maneira menos constrangedora. Advertências como as que seguem são frequentes “Se não trabalhas bem na escola verás o que te acontece. Vais ser mulher a dias, operária, porteira como eu, operário ou trolha como o teu pai”. Emigramos para que nada te falte e possas ter um futuro melhor do que o nosso”. “Há! se eu tivesse mais anos de estudo não seria o que sou. Trabalha para seres bom na escola”. Por sua vez os filhos também dizem: “se os nossos pais se esforçam para que nada nos falte também não temos o direito de os decepcionar”. Um tal investimento numa ética do esforço conjugada tende a transformar-se num mito mobilizador que orienta as energias familiares e num capital que se procura rentabilizar, visando o acesso ao capital cultural e social, querendo combater, deste modo, “custe o que custar”, a reprodução familiar e social.

De facto, o capital assegurado pela qualidade do diploma escolar, numa sociedade dinâmica, exigindo cada vez mais formação escolar e académica, em consonância com as novas exigências do mercado de



emprego, tem vindo a contribuir para a mudança de muitas aspirações parentais, inclusive de famílias de condição social modesta decididas a esforçarem-se para que os filhos possam aceder a uma posição social, se possível, muito mais valorizada do que a sua.

Esta é uma das aspirações mais comuns a todos os nossos entrevistados: pais e filhos, independentemente do sexo, da idade e da condição social. “O projecto que gostaria de realizar para as minhas filhas é que elas tirassem um curso superior. Mas essa alegria que era vê-las ir para a Universidade dá-me também muita tristeza, uma vez que não temos possibilidades para lhes pagar os estudos. Nós nunca fizemos diferenciação entre as nossas filhas e não é agora que vamos fazer, pois se tudo corresse bem uma talvez pudesse entrar para o ano na Universidade e a outra entraria daqui a dois anos. Vamos ver como corre a vida daqui para a frente” (M., 49 a., 9º ano, agricultura, casada). “Desejo que as minhas filhas continuem o seu crescimento normal, tirem boas notas e sejam felizes, como têm sido até agora. É uma alegria estarmos juntos. Mas a vida é muito difícil para nós. Veremos o que podemos fazer” (H., 52 a. 4º ano, casado) Retenhamos o que a filha mais velha tem para nos dizer a este respeito. “Os meus pais têm muitas dificuldades e apesar de eu os querer ajudar eles não me deixam, pois dizem que tenho de estudar. Eu não lhes quero arranjar problemas e muito menos contas para eles pagarem. Tenho receio que por minha causa deixem de fazer coisas que gostem e eu não quero isso. Gostava muito que quando terminasse o 12º ano os meus pais me pudessem pagar a ida para a Universidade. Mas sei que isso é muito difícil, pois os meus pais o que ganham é para pagar a casa e para nós vivermos. Por isso, o mais provável, é que quando acabar o 12º ano vá trabalhar e depois, passado algum tempo, pode ser que consiga entrar na Universidade” (M., 17 a., 11º ano).

Insistir-se-á agora na situação de uma família de melhor condição social do que esta, dando-lhe imediatamente a palavra. “Não sei como era antes, mas os meus pais são porreiros, para mim e para o meu irmão. Às vezes são um bocado chatos com os trabalhos que temos na escola... Nós também nos esforçamos...” (Rapaz, 17 a., a frequentar o 12º ano). Demos a palavra à respectiva mãe e de seguida ao pai. (Sinceramente não faço projectos. Quero que os meus filhos sejam felizes acima de tudo. Mas gostava que o mais velho, uma vez que é o sonho dele, entrasse em Arquitectura e já estamos a pôr um pouco de lado para o caso de ele entrar. Ajudo-o em tudo o que posso” (M., 34a., 12º ano, consultora imobiliária, casada). “O meu filho mais velho em princípio entra na Universidade. O mais pequenote agora o que tem de fazer é portar-se bem e estudar. Gostava muito que ambos se formassem, uma vez que a vida já está tão complicada com estudos, então se não tiverem um diploma ainda é pior” (H., 32 a., 12º ano, bombeiro, casado). Estes extractos pode tirar-se a inferência de que tanto os pais como os filhos têm uma aspiração comum: um bom processo de escolarização e a consequente mobilidade social dos filhos.

Interessa, agora, deixar claras as aspirações de uma família de condição social elevada sobre esta problemática. “O meu filho é uma pessoa muito estudiosa e admiro isso nele, porque lhe estou sempre a dizer que tem de ter um curso...Gostava muito que ele pudesse tirar o curso de medicina e que o fizesse em Portugal para não ter que se afastar de nós e dos amigos...” (M., 54 a., curso superior, médica, casada). Por seu lado, o pai considera que o filho, apesar de nada lhe faltar “... terá que ser bom na escola para poder ingressar no curso de medicina, como é sabido por toda a gente” (H. 54 a., curso superior, médico, casado). Ao filho de dizer: “Felizmente os meus pais não têm problemas financeiros. São os dois médicos. Logo o pagamento dos meus estudos não será um problema para eles. Contudo, gostava de lhes poder explicar que o curso que gostava de tirar não é medicina. E ainda gostava mais se eles percebessem este facto” (H., 18 anos, a frequentar o 12º ano).

Estes extractos de entrevistas, a par de muitos outros, permitem-nos apreender que em termos de aspirações relativas ao processo de escolarização dos filhos, elas são comuns aos vários grupos sociais e aos vários membros da família. Todos gostariam que os mais novos pudessem aceder à Universidade e chegar ao patamar da licenciatura. Para os dois primeiros casos tratar-se-ia, também, da mobilidade social ascendente e o acesso a um capital adquirido com esforço em vez de um capital herdado quase gratuitamente, como acontece no último caso. Sem queremos cair na ideologia do voluntarismo, pois nem



tudo é possível no mesmo momento para todos, talvez se aplique aqui os aforismos segundo os quais “Quem se sente capaz de tudo, supera os demais” e “Tal pai, tal filho”. Mas tais factos, só por si, não nos impedem de dizer que as diferentes aspirações de uns e de outros para se poderem realizar necessitam de estratégias diversificadas.

No primeiro caso, além de uma ética de esforço conjugada, como aliás acontece no segundo, há ainda uma estratégia parental temporal: no domínio dos possíveis, uma entrada faseada na Universidade de cada uma das filhas, permitindo ir angariando capital económico para o efeito, ainda que continuando a “sacrificar-se” e decerto a “sacrificar” outros aspectos gozosos que as suas condições de vida lhes possam permitir. Inscreve-se aqui a lógica da “economia da salvação”, segundo a qual as pessoas se privam num tempo fugaz e num espaço (terreno) para gozar noutros (celestial e eterno) (M. Weber, 1964). Na segunda situação esta estratégia, tendo em conta uma melhor situação económica familiar, é também de antecipação e de poupança, o que não é tão corrente nos tempos que correm. “O que se pode, então dizer “É que o filho parece funcionar como uma imagem positiva de orientação e correcção do destino dos pais”(M. E. Leandro, 2000a, 39).

A verdade é que há aqui uma diferença com a parábola dos talentos (Mt. 25, 15-30). No Evangelho, o servidor é responsável pelo uso dos talentos e decide ou não de os fazer render. Ora, na relação familiar, mesmo se os filhos são formados como indivíduos responsáveis, os pais consideram que eles também são responsáveis pelo destino dos seus filhos. Actualmente, para muitas situações, são os pais que propõem, ou mesmo exigem, que os filhos frequentem explicações, aulas de inglês, de música, de ginástica, de dança, de pintura, de teatro. O desenvolvimento deste tipo de actividades não revela apenas um comportamento de antecipação em termos sociais e do sucesso escolar, mas reflecte também uma concepção segundo a qual uma das tarefas dos pais consiste em oferecer aos filhos as “aberturas e oportunidades possíveis”, por vezes até, para compensarem o que gostariam de ter tido ou sido e não tiveram ou não puderam ser.

Voltando ao primeiro caso, há que reter também uma estratégia da própria escolarizada para alcançar o objectivo de vir a poder fazer um curso superior na Universidade: não querendo ser mais “sobrecarga” para os pais ou impedimento para que tenham de continuar a optar por um comportamento de privação e adiamento de certos gozos de vida, concebe para o seu futuro um projecto onde a continuidade do esforço recaia, essencialmente, sobre si própria ao poder vir a optar por trabalhar para depois poder vir a realizar uma das suas aspirações mais profundas. Nestas duas situações, embora na primeira ainda mais que na segunda, nada se afigura garantido. Tudo se inscreve no domínio das aspirações e das hipóteses. Ao passo que no último caso tudo parece vir a acontecer com “naturalidade”, ainda que seja necessário algum esforço do filho para ter boas notas e entrar no curso a que os pais aspiram para ele, embora não seja o que se enquadra nas aspirações do filho.

Compreender-se-á, na sequência de tais considerações, que as aspirações dos pais escolares em relação aos filhos até podem ter algo de comum, apontando para o ingresso na Universidade cujo objectivo primordial a alcançar é a licenciatura. No entanto, as condições sociais das diferentes famílias não permitem a todas de as realizar de modo similar. Aquilo que para a última se afigura quase como uma garantia, para as outras e sobretudo para a primeira afigura-se, ainda muito ao nível das aspirações, exigindo a tal ética conjugada de esforços entre pais e filhas. Levanta-se, então, a questão da reprodução social da pobreza, perante a qual algumas famílias são mais capazes de elaborar estratégias para poder triunfar dessa situação, sobretudo através do investimento na escolarização mais prolongada dos filhos, mesmo se muitas também vêm as aspirações goradas, como vem mostrando a realidade.

De qualquer modo, há uma trajectória sonhada e planeada. Esta resulta de um trabalho de percepção da subjectividade na qual a imaginação, a vontade, os valores, a identidade, os desafios sociais e culturais exercem um papel importante. É que as aspirações, sendo uma alavanca que incita as pessoas a avançar num determinado rumo, só por si não são suficientes para lhe dar realidade. Importa fazer também a avaliação dos possíveis e estes têm que muito que ver com as condições sociais de existência, a mobilização familiar, o capital relacional e as aberturas das sociedades. M. Merleau-Ponty (1971, 103-104)



pondo-se a questão do ser apreendido e do horizonte espacio-temporal, considera que “Uma primeira percepção sem fundamento é inconcebível. Toda a percepção supõe um certo passado do sujeito que apercebe e de uma maneira abstracta da percepção, como encontro dos objectos, implica um acto mais secreto através do qual elaboramos o nosso meio”. Podemos, então, dizer que em matéria de aspirações, os actores sociais elaboram estratégias diferenciadas, mas consideradas realizáveis, adoptando para tal comportamentos considerados compatíveis. Todavia, prevalece também a necessidade de implementação de políticas direccionadas para as famílias mais carenciadas, a fim de que os seus filhos, pelo facto de terem nascido nestas condições, não se vejam votados a verem defraudadas as suas aspirações e poderem, assim, aceder a uma vida melhor.

Vale a pena voltar ao último caso aqui apresentado. Trata-se, no essencial, de pais que aspiram essencialmente à reprodução familiar, social e profissional, embora não deixem de insistir na necessidade de trabalho escolar por parte do filho. Com efeito, dificilmente a escola só por si concede diplomas, uma vez que o capital escolar como dizia E. Durkheim é incorporado e não pode, portanto, legar-se directamente ou pelo menos de modo equivalente a qualquer outro bem material, mesmo que possa fazer parte da herança (P. Bourdieu et al., 1964). Insistir-se-á, contudo, no facto de tanto os pais como o filho terem aspirações elevadas, embora não coincidentes em termos da escolha de um curso superior e por conseguinte de uma profissão e estatuto social. Como conseguirão conciliar esta divergência até porque todos parecem muito decididos, ainda que o filho mostre, antes, querer fazer apelo à compreensão dos pais do que à imposição? Será o filho concebido em função da realização das aspirações dos pais ou estarão estes dispostos a conceder-lhe essa autonomia e, ao invés, considerá-lo um indivíduo dotado de faculdades que lhe permitem forjar as suas próprias aspirações e escolher o rumo da sua vida? Até porque na dimensão profissional e futura, os pais manifestam o desejo de que uma vez o filho formado em medicina possam trabalhar conjuntamente, que se case rapidamente, compre casa, tenha filhos. Mais ainda. A mãe manifesta uma outra aspiração: “Na velhice quando tivesse mais tempo disponível, gostava muito de viver com o meu filho e com a sua suposta família. Iria ser um tempo em que provavelmente poderia recuperar algumas das coisas que perdi na infância do meu filho. Na velhice poderia ter todo o tempo disponível para cuidar dos meus netos e ainda dar muito amor ao meu filho”. Tais aspirações são coincidentes com as do filho: “Na velhice gostava muito que os meus pais pudessem viver com a minha família. Ia gostar de os ver a cuidar dos meus netos...gostava de ver uns avós mais presentes para os meus filhos”. Para além de uma certa lógica fusional aparece aqui como que uma aspiração a poder encontrar uma compensação pelos tempos de ausência vividos na família de orientação mas que podem vir a ser compensados na família de procriação.

“Realizar todas as aspirações é ilusório...há uma série de conjunturas...” educação, emprego, economia...”

Na verdade estas palavras de uma mãe de 43 anos exprimem perfeitamente bem que a realização das aspirações é tributária dos contextos sociais, em tempos muito concretos, ainda que a maioria dos pais ao longo das últimas décadas, manifestem cada vez mais um objectivo primordial: ajudar o(s) filho(s) a desenvolverem todas as suas capacidades e não juntar apenas um verniz educativo. Este imperativo de investimento pessoal no filho conjuga igualmente um outro princípio: o da igualdade de tratamento entre os filhos, independentemente do sexo, como acima verificámos. Contudo, se os pais são solicitados a distribuírem a sua afeição de modo igualitário, também têm de procurar dar uma atenção diferenciada a cada um, dado que ninguém se pode confundir com ninguém. Cada ser humano é único e singular e como tal deve poder viver, sabendo, porém, que cada um dos múltiplos outros têm o mesmo direito. Os pais são, então, confrontados entre a igualdade e a diferença, tendo em conta as aptidões de cada um dos filhos. Daí que os vejamos, por exemplo, encaminhar-se para formações escolares diferentes: filhas que fazem uma licenciatura e filhos que se ficam apenas pelo secundário. Os pais são, assim, solicitados a criar um movimento que permita respeitar e fazer desabrochar a personalidade dos filhos.



Contrariamente, ao que muitas vezes se ouve dizer quanto à falta de respeito na família contemporânea, mais concretamente entre pais e filhos, o mesmo não foi abolido. Só que mudou de sentido e hoje é vivido de maneira diferente, isto é, não são apenas os filhos que devem respeitar os pais, mas também estes devem respeitar os filhos. Claro que esta nova perspectiva impele a uma mudança de concepção na relação entre pais e filhos. Esta aspiração está muito presente entre a generalidade dos nossos entrevistados. “As relações entre pais e filhos são hoje muito diferentes. Por um lado, é bom porque os filhos se dão melhor com os pais e os pais com os filhos mas, por outro, quando há exageros é mau, porque não se respeitam como dantes” (M. 50 a., doméstica, 6º ano, casada). “Diz-se muitas vezes que os filhos não respeitam tanto os pais. Vejo por aí muitos miúdos que se calhar o que precisavam era da atenção e do carinho dos pais...Eu fui mãe solteira e não pude contar com os meus pais. Mas não é por isso que tenho menos respeito por eles...Penso que muitas vezes se fala muito do respeito que havia antigamente. Mas havia mais medo, que não facilitava o diálogo como tenho hoje com os meus filhos e nem por isso sinto falta de respeito deles. Eu também tenho muito amor e respeito por eles. Ensinam-se muita coisa (M., 47 a., 2º ciclo, Doméstica, casada). Observemos o que tem o filho para nos dizer. “Actualmente as relações entre pais e filhos têm um pouco de tudo. Existem relações muito próximas entre pais e filhos, mas também existem relações de clara falta de respeito mútuo. Se no passado existia mais respeito generalizado, penso que hoje se vive o respeito de maneira diferente. Eu considero os meus pais os meus melhores amigos e não tenho problemas em falar com eles de tudo, mesmo que fale mais com a minha mãe...(H., 17 a. 11º ano). Haverá ainda ocasião para dar a palavra a mais uma mãe. “A nossa sociedade permite-nos hoje investir mais nos nossos filhos...Nós, por exemplo, temos dois filhos e dentro das nossas possibilidades sempre lhes permitimos tudo: música, natação, futebol, balet....Não é como no meu tempo que só de exigia trabalho e respeito. Hoje também gostamos de o sentir da parte dos nossos filhos. Mas nós também nos preocupamos em fazer a maioria das suas vontades e respeitar as suas escolhas, a menos que não nos pareçam sensatas...A minha filha está a seguir o curso que escolheu: Medicina” (M., 48 a., curso superior, veterinária, casada). No mesmo sentido demos a palavra à filha. “Os meus pais preocupam-se muito connosco. Dão-nos tudo o que precisamos. Falam muito connosco. Segundo dizem não é como antes que talvez mais por medo do que por respeito o diálogo entre pais e filhos era mais difícil. Tenho muito amor e respeito pelos meus pais. Admiro-os muito. Gostaria no futuro de poder compensá-los pelo muito que fazem por mim e pelo meu irmão... Quando forem velhinhos gostava de poder olhar por eles...”

Expressões desta natureza são abundantes entre os nossos entrevistados: pais e filhos. Se facto, são ainda mais os filhos que manifestam esta aspiração a poderem contribuir para uma vida agradável e a poderem ocupar-se dos pais na velhice: 79,2% dos jovens entrevistados, o que também vai de encontro às aspirações da maioria dos pais.

Sem termos espaço para mais citações, e poderiam ser muitas, indiquemos que uma das aspirações muito comuns a pais e filhos e ainda mais da parte destes, é de que os pais também possam ter uma vida muito feliz pois esforçam-se muito para que nada lhes falta agora e na sua vida futura. Acresce, de sobremaneira, o facto de que os pais pudessem dispor de mais tempo livre, ainda que ao preço de lhes **poderem dar menos coisas**, para poderem estar mais tempo juntos, dialogarem, passearem e relacionarem-se bem nas várias vertentes da vida. Daí que possamos dizer que a qualidade das relações e os vários sentimentos que possam ser vividos e partilhados entre pais e filhos, o investimento na escolarização e a procura de um futuro melhor para todos se afigurem como as aspirações centrais manifestadas ao longo deste trabalho.



Em jeito de conclusão

Estudar as aspirações que se forjam entre pais e filhos implica ter presente as possibilidades da sua realização a curto, médio ou longo prazo. Não existem aspirações puramente materiais. Porém, toda a aspiração que não tenha em conta a realidade prática e a sua dinâmica é uma ilusão. Temos a possibilidade de reflectir sobre a nossa origem e o nosso futuro para aonde projectamos a realização das nossas aspirações. Ademais a dinâmica das aspirações inscreve-se nas transformações que apontam para novos horizontes. Cada um de nós pode aspirar alcançar mais bem-estar, mais prazer, mais alegria, mais conhecimentos, mais capital escolar, mas só o poderemos conseguir num contexto social de vários possíveis. De contrário, para suprimir as contradições das nossas sociedades que, investindo na emergência de novas aspirações negam a muitas pessoas e famílias os meios para as realizar, implica optar por estratégias e práticas quotidianas, que para muitas famílias com menos condições sociais exigem uma ética de esforço conjugado por pais e filhos.

Em suma, todos os trabalhos de investigação realizados sobre estas questões têm revelado que as aspirações dos pais em relação aos filhos e dos filhos em relação aos pais são hoje de natureza muito diferente de um passado ainda recente, porque bastante diferentes são os respectivos contextos sociais e culturais. As famílias, sendo hoje muito reduzidas, para além de outros factores, também integram estes novos comportamentos nas tais estratégias de mobilização educativa. Tendo menos filhos podem dar-lhe outras prerrogativas relacionadas com o seu futuro: menos filhos mas mais bem alimentados, lavados, vestidos, alojados, com melhor saúde e muito mais escolarizados. Por sua vez, os filhos têm muito menos irmãos, mas também usufruem de mais condições de bem estar que se traduzem, tanto em termos materiais como afectivos, sobretudo nas novas formas de relação que vão forjando com os pais e em aspirações mais elevadas relativas a si mesmos e aos próprios pais.

As duas partes envolvidas, no trabalho que desenvolvemos, partilham de aspirações comuns designadamente no que se relaciona ao investimento num projecto de felicidade que se traduz pela reprodução e/ao aumento do capital escolar, o acesso a uma profissão mais valorizada, os encantos e benefícios de uma boa relação afectiva entre pais e filhos, a solidariedade inter-geracional, tanto em termos de serviços como outras formas de apoio, o reconhecimento que se pode traduzir no facto dos filhos interiorizarem certos valores transmitidos pela família, mormente a honestidade, a responsabilidade e o respeito pela dignidade do outro, assegurar boas condições de vida na velhice aos pais, dado que estes também se esforçaram durante a infância e a juventude para que nada lhes faltasse e assim pudessem realizar as suas aspirações mais profundas. Nisto, como afirma L.-V. Thomas (1991), através da “liturgia da memória” e da recordação, mas também do reconhecimento e da gratidão recíprocos, se mantém viva a aspiração que visa revigorar a força dos laços parentais e filiais ao longo das idades da vida, cada vez mais avançada.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA A. N. (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in J. VALA et al., *Atitudes sociais dos portugueses. Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, pp. 50-93.
- BALANDIER, G. (1986, [1971]), *Sens et puissance*, Paris, PUF (COLL. “Quadrige”).
- BARTHÉLEMY-MADAULE M. (1963), *Bergson et Teilhard de Chardin*, Paris Cerf..
- BECKER D. et al. (1990), *Échec scolaire ou école en échec?*, Paris, L’Harmattan (Coll. “Savoir et Formation”).
- BOURDIEU, P. (1989), *La noblesse d’État*, Paris, Éd. De Minuit.
- CHOMBART DE LAUWE P.-H. (1971), *Pour une sociologie des aspirations*, Paris, Denoël/Gonthier.



- CHOMBART DE LAUWE P.-H. (1975), *La culture et le pouvoir*, Paris, Stock/Monde ouvert.
- DELEUZE G. (1968), *Différence et répétition*, Paris.
- DE SINGLY F. (1987), *Fortune et infortune de la femme mariée*, Paris, PUF.
- DE SINGLY F. (1993), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Nathan.
- DURKHEIM E. (1975), *Textes. Fonctions sociales et institutions*, Paris, Ed. de Minuit.
- INGLEHART R. Et al. (1998), *Human Values and Beliefs: A Cross-Cultural Sourcebook*, Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- ITURRA R. (1990), *A construção do insucesso escolar. Memória e aprendizagem em Vila Ruiva*, Lisboa, Escher.
- LEANDRO M. E. (1994), "Les mouvements migratoires au Portugal: à la recherche d'une vie meilleur" in *Les hommes, leurs espaces et leurs aspirations, Hommage à P.-H. Chombart de Lauwe*, Paris, L'Harmattan, pp. 221-234.
- LEANDRO M. E. (1995), *Au-delà des apparences. Les Portugais face à l'insertion sociale*, Paris, L'Harmattan (Coll. Migrations et changement").
- LEANDRO M. E. (1998), "Lógicas interactivas. Projectos e estratégias familiares migratórias. Ritmos escolares e profissionais e denominação dos jovens de origem portuguesa em França", in ARROTEIA J e DOUDAIN P.A., *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*, Aveiro, Universidade de Aveiro, pp. 123-155.
- LEANDRO M. E. (2000), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta.
- LEANDRO M. E. (2000a), "La réinstallation de familles portugaises dans le Minho" (2002), in DE VARINE B., *Lieux de vie et circulations des Portugais de France*, Paris, Interaction France-Portugal, pp. 36-66.
- LEVI-STRAUSS C. (1986), Préface, BURGUIÈRE et al., *Histoire de la famille*, 1., Paris, Armand Colin.
- MERLEAU-PONTY M. (1971), *Existence et dialectique*, Paris, PUF (Coll. "SUP").
- NISBET R. (1970), "Developmentalism as a Perspective" in MCKINNEY, J. et al., *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*, New York.
- PAVAGEAU J. et al. (1997), *Les liens sociaux dans la modernité inachevée*, Paris, L'Harmattan/ARCI (Coll."changement").
- PITROU A. (1977), Un processus de récupération du statut social: le cas des cadres non diplômés, *Sociologie du travail*, XIX, 1, pp. 1-22.
- SARTRE J.-P. (1986), *Questions de méthode*, Paris, Gallimard.
- THÉLOT C. (1982), *Tel père, tel fils?*, Paris, Dunod.
- THOMAS L.-V. (1991), *La mort en question. Traces de mort, mort des traces*, Paris, L'Harmattan (Coll. "Nouvelles Études anthropologiques").
- TOURAINÉ A. (1978), *La voix et le regard*, Paris, Seuil.
- WEBER M. (1964), *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Plon.
- ZOUROULU Z. (1998), "La réussite scolaire des enfants d'immigrés", *Revue Française de Sociologie*, XXIX, pp. 447-470.

ⁱ Deste autor (1967) podemos também reter a ideia de que de uma geração para a outra há sempre alguma mudança ainda que possa ser subtil, o que designa por dinâmica inter-geracional.

ⁱⁱ Sobre esta questão pense-se tão somente no tráfico de crianças pelas mais variadas razões, no trabalho infantil e até como se utilizam as crianças quando se recorre à mendicidade.